



PARECER JURÍDICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 72/2022

ADESÃO À ATA N.º 17/2022.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MADEIRA PARA CONSTRUÇÃO E REFORMA DE PONTES.

RELATÓRIO:

Encaminhado ao setor jurídico a solicitação de emissão de Parecer quanto ao Processo Licitatório acima identificado, para os fins do artigo 38, parágrafo único, da Lei Nº 8666/93, o qual transcreve-se:

“Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração”.

O artigo nº 191, da Lei 14.300/2021 (nova Lei de Licitações) admite que no prazo do inciso II, do caput do artigo 193 da mesma Lei, a administração opte por licitar pela Lei 8666/93, devendo escolher a modalidade expressando a opção no Edital. No caso, está explícito que a licitação está sendo realizada nos moldes das Leis 8666/93.

A licitação foi deflagrada a partir de solicitação formulada pelo Prefeito Martins Dias de Oliveira, com a justificativa de que os materiais visam a melhorar a qualidade do tráfego constante de veículos principalmente pesados. Aduz que esses mesmos caminhões passam pelas pontes e danificam a estrutura das mesmas.

A contadoria da prefeitura apresentou dotação orçamentária para contratação do objeto. A Comissão de Licitação está regularizada. Os Ofícios de solicitação e aceite de adesão endereçados à gerenciadora e à fornecedora estão anexados. Estão anexados ainda a Ata de Registro de Preços da origem e documentos de constituição e fiscal da empresa fornecedora.



Cumpre inicialmente, destacar alguns pontos acerca do disciplinamento de adesão às atas de registro de preços, com base na legislação vigente e, também, na jurisprudência sobre o tema.

A previsão legal para a contratação por meio do Sistema de Registro de Preços se encontra inserida na Lei nº 8.666, de 1993 que, em seu art. 15, estabelece as regras gerais acerca do funcionamento do sistema.

A regulamentação dessa modalidade de contratação é feita pelo Decreto nº 3.931, de 2001, conforme disposto no art. 1º, vejamos:

"Art. 1º As contratações de serviços e a aquisição de bens, quando efetuadas pelo Sistema de Registro de Preços, no âmbito da Administração Federal direta, autárquica e fundacional, fundos especiais, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas, direta ou indiretamente pela União, obedecerão ao disposto neste Decreto".

O registro de preços é um contrato normativo, constituído como um cadastro de produtos e fornecedores, selecionados mediante licitação, para contratações sucessivas de bens e serviços, respeitados lotes mínimos e outras condições previstas no edital.

Por força ainda do Regulamento admite-se que a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, que não poderá ser superior a um ano, possa ser utilizada, por meio de adesão, por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, in verbis:

"Art. 8º A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

§ 1º Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.



§ 2º Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas”.

Para a adesão à Ata de Registro de Preços é necessário que sejam atendidos os seguintes requisitos:

a) respeito ao prazo de validade do registro e os quantitativos máximos. No caso em tela, o prazo se exaure em 07 de outubro de 2022.

b) manifestação de interesse do ente que realizou a licitação e do fornecedor, com resposta favorável ao registro.

c) a Administração Pública está obrigada a verificar, na ocasião da contratação, se o preço registrado é compatível com os praticados no mercado. Em relação à vantagem econômica, esta deve ser comprovada para adesão à ata de registro de preços informada, conforme prevê a parte final do art. 8º do Decreto n.º 3.931/2001.

Não cabe ao parecerista tratar do mérito da contratação, no entanto, vale mencionar que as contratações que demandam recursos públicos devem estar em consonância com o disposto no artigo 3.º “caput” da Lei de licitações.

No caso, em respeito ao princípio da legalidade, é necessário que a licitação seja precedida de Projeto Básico que contenha os elementos e suficientes, com nível de precisão adequado, para identificar as pontes que estão danificadas e serão reformadas. Mesmo que se trate de adesão à ata, modalidade que não obriga o carona adquirir toda a quantidade constante na Adesão, o aderente deve justificar a contratação apresentando o uso futuro dos itens registrados.

A adesão sem que haja indicação das pontes que serão reformadas favorece o desvio da madeira para outra finalidade.

A contratação por adesão a ata a contratação, que possui fundamento no Decreto n.º 3.931/2001, deverá obedecer a vários requisitos definidos no regulamento, entre os quais se incluem justificativa da necessidade do objeto e a adequabilidade dos preços registrados em ata com os preços do mercado, por meio



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

de ampla pesquisa de preços. O que se observa é que não está formalmente demonstrada a vantajosidade da contratação.

Salienta-se, por oportuno, que a licitação se destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

O parecer, é pelo prosseguimento do processo licitatório, com as ressalvas a serem sanada, o qual submeto, respeitosamente a apreciação superior.

S. M. J.

Porto Esperidião, 26 de agosto de 2022.

José de Barros Neto

Portaria 58/12.

SE DE J. DE BARROS NETO
17/08/2022 - 08:41:11